



Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia: A Ferreira Gomes Energia S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 10 de agosto pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes, que concede à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Companhia possui 39,9 MVMW contratados com a "Controladora" Alupar Investimentos S.A., no Ambiente Livre - ACL. A Companhia, cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Ferreira Gomes

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação		Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
	comercial	comercial conforme contrato de concessão			
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5MW.

2. Governança corporativa: A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de (3) três anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; (iii) Diretor Financeiro; (iv) Diretor Técnico; e (v) Diretor de Relações com Investidores. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro: (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024	Varição %
Receita operacional bruta	284.439	277.032	2,7%
(-) Deduções da receita operacional	(27.920)	(28.686)	-2,7%
Receita operacional líquida	256.519	248.346	3,3%
(-) Custos operacionais	(133.235)	(125.771)	5,9%
Lucro bruto	123.284	122.575	0,6%
(-) Despesas/receitas operacionais	(15.883)	(5.851)	171,5%
(-) Despesas/receitas financeiras	(20.589)	(28.105)	-26,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.812	88.619	-2,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.229)	(3.268)	60,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	686	210	226,7%
Lucro líquido do período	82.269	85.561	-3,8%
Ativo total	1.414.739	1.447.972	-2,3%
Investimentos (*)	1.217.962	1.261.538	-3,5%

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante		193.351	182.121	Circulante		116.502	118.483
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.815	10.983	Fornecedores	12	15.302	18.207
Investimentos de curto prazo	5	89.450	67.896	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	87.600	88.020
Títulos e valores mobiliários	6	55.010	59.525	Arrendamentos	17.1	363	444
Contas a receber de clientes	7	30.653	34.944	Salários e férias a pagar	9	1.545	680
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	7.443	5.816	Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	795	—
Outros tributos compensáveis	9	556	441	Outros tributos a pagar	9	1.532	3.380
Despesas pagas antecipadamente	8	2.301	2.341	Uso do bem público	11	2.096	2.096
Outros ativos		123	175	Provisões	14	37	1.615
Não circulante		1.221.388	1.265.851	Encargos setoriais		4.661	3.754
Despesas pagas antecipadamente	8	2.852	4.120	Adiantamento de clientes		2.129	—
Depósitos judiciais		17	17	Credores diversos		442	287
Outros ativos		557	176	Não circulante		201.214	276.735
Imobilizado	10	1.194.733	1.234.709	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	177.752	250.976
Intangível	11	23.229	26.829	Arrendamentos	17.1	1.102	700

Total do ativo		1.414.739	1.447.972	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.414.739	1.447.972
-----------------------	--	------------------	------------------	---	--	------------------	------------------

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023				Reserva de lucros			
Lucro líquido do exercício	20	256.519	248.346	Capital social			
Reserva legal	21	(133.235)	(125.771)	Reserva legal			
Reserva para incentivo fiscal		—	—	Reserva legal			
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	Reserva legal			
Reservas de lucros		—	—	Reserva legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		818.858	18.325	Reserva legal			
Lucro líquido do exercício		—	—	Reserva legal			
Reserva legal		—	—	Reserva legal			
Reserva para incentivo fiscal		—	—	Reserva legal			
Juros sobre capital próprio declarados		—	—	Reserva legal			
Reservas de lucros		—	—	Reserva legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		818.858	22.438	Reserva legal			

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	256.519	248.346	Lucro líquido do exercício		82.269	85.561
Custos operacionais	21	(133.235)	(125.771)	Lucro básico e diluído por ação - RS	19	0.1019	0.1060
Lucro bruto		123.284	122.575				
(Despesas) receitas operacionais		(15.883)	(5.851)				
Despesas gerais e administrativas		(9.783)	(6.353)				
Outras receitas (despesas)		(6.100)	502				
Lucro antes do resultado financeiro		107.401	116.724				
Resultado financeiro		(20.589)	(28.105)				
Despesa financeira	22	(42.097)	(46.376)				
Receita financeira		21.508	18.271				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		86.812	88.619				
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(5.229)	(3.268)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	686	210				

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	82.269	85.561
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	82.269	85.561

Comentários relevantes: A Companhia registrou Receita operacional líquida de R\$ 256.519 (1.363.620 MWh) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 248.346 (1.421.026 MWh) no mesmo período de 2024. O aumento de 3,3% de um período para o outro ocorreu pela atualização dos contratos ACR, pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL) e pelo registro da venda de crédito de carbono referente à safra do período de 2015 a 2020. Os custos operacionais acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de 5,9% se comparados com o mesmo período de 2024, justificada principalmente pelo aumento com os custos com compra de energia e pelo aumento com serviços de terceiros. As despesas/receitas operacionais acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de mais de 100% quando comparados com o mesmo período de 2024, justificado principalmente pelo acordo de pagamento do processo de arbitragem TSK no montante de R\$ 9.000, sendo R\$ 6.585 que corresponde ao valor principal da condenação, contabilizado na rubrica "Outras despesas e receitas", enquanto o valor remanescente de R\$ 2.414 relativo à atualização monetária do principal foi registrado como despesa financeira e pelo aumento nas despesas de pessoal. O resultado financeiro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresenta uma redução de 26,7% se comparado ao mesmo período de 2024, justificado principalmente pela amortização de principal da dívida realizada no período e aumento de receita com aplicações financeiras. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes apresentam um aumento de 48,6% se comparados com o mesmo período de 2024, justificado pela redução de distribuição do juros sobre capital próprio no exercício de 2025 se comparado com o mesmo período de 2024. Devido ao fato da Companhia, ser uma "SPE" sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas. Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A., bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

EBITDA (Em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	82.269	85.561
(+) Resultado financeiro	20.589	28.105
(+) Depreciação e amortização (*)	37.707	40.098
(+) IR/CS correntes	5.229	3.268
(+) IR/CS diferidos	(686)	(210)
(-) EBITDA	145.108	156.822

(*) Valor composto por depreciação, amortização, amortização de direito de extensão de concessão e amortização do UBP - Uso do Bem Público.

Endividamento: (Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos, debêntures (líquidos dos custos a amortizar) e arrendamentos		
Circulante	(87.963)	(88.464)
Não circulante	(178.854)	(251.676)
Dívida total	(266.817)	(340.140)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	152.275	138.404
Dívida líquida	(114.542)	(201.736)
Patrimônio líquido	1.097.023	1.052.754
Índice de endividamento líquido	0.10	0.19

4. Capital humano: Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no período findo em 31 de dezembro de 2025 mantinha em seu quadro 40 colaboradores. **Política de equidade:** Em 2022, a Controladora Alupar Investimento S.A. lançou o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), chamado de Alento, com apoio de consultorias especializadas para promover treinamentos, revisar processos internos e fortalecer a comunicação sobre diversidade e inclusão em todas as empresas do grupo. A partir de 2024, o programa se destacou com a realização do Censo de DEI, conduzido por consultoria externa, cujo resultado tem sido fundamental para orientar o planejamento estratégico dos próximos anos, com foco em ampliar o respeito e consolidar um ambiente cada vez mais inclusivo. Abaixo segue a proporção de mulheres em cada nível da empresa (operacional, gerencial e diretoria) da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Feminino	1	13
Masculino	13	14
Feminino	11	10
Masculino	6	4
Feminino	—	—
Masculino	2	1
Feminino	—	—
Masculino	3	3
Feminino	—	—
Masculino	—	—
Total	12	28
Feminino	7	7
Masculino	28	22

A tabela a seguir apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia segregados por gênero:

	31/12/2025	31/12/2024
Feminino	7.133	5.465
Masculino	9.061	5.514

5. Responsabilidade socioambiental: A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região: • Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Monitoramento de Invertebrados Aquáticos; • Monitoramento de Macrófitas Aquáticas; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes; • Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico; • Programa de Monitoramento da Fauna; e • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em seguida, citamos os programas cujo o público-alvo são população residente no entorno da usina: • Plano de Investimento Social; • Programa de suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e do Sistema de Outorga dos Recursos Hídricos; • Programa de Incentivo à Pesquisa; • Programa de Educação Ambiental; • Programa de Comunicação Social; e • Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA).

6. Auditoria Independente: Em atendimento à Instrução CVM nº 23/2021, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"). Os serviços prestados pela KPMG foram contratados para os exercícios de 2024 e 2025.

Mensagem final: Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		86.812	88.619
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	37.841	40.098
Repactuação do risco hidrológico	21	1.268	1.268
Encargos de dívidas	13.b	36.034	42.961
Encargos de dívidas arrendamentos	17.1	122	72
Atualização monetária - Uso do bem público	11	2.741	2.665
Outras variações monetárias líquidas		3.209	(1.080)
Descontos financeiros obtidos		—	(1)
Receitas de aplicações financeiras	22	(21.745)	(18.135)
Baixa de ativo imobilizado	10	—	13
Ingressos e reversões de provisões para contingências		258	240
Despesas c/apropriação de seguros		1.941	2.274
		148.481	158.994

(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	4.291	(10.347)
Tributos a compensar	5.479	343
Adiantamentos a fornecedores	173	106
Despesas pagas antecipadamente	(1.542)	(2.312)
Outros ativos	(503)	(84)
	7.898	(12.294)

Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	3.755	2.340
Partes relacionadas	156	214
Encargos setoriais	(1.927)	829
Salários, férias a pagar	865	(112)
Provisão para gastos ambientais	14	(14)
Provisão para constituição de ativos	14	(166)
Tributos a recolher	(10.681)	(11.400)
Outros passivos	(2.101)	(1.931)
	(10.113)	(10.228)

Imposto de renda e contribuição social recolhidos		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	138.581	128.279
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates em investimentos de curto prazo	262.754	280.317
Aplicações em investimentos de curto prazo	(269.654)	(230.639)
Resgates em títulos e valores mobiliários	13.963	7.513
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(2.357)	(1.268)
Adições no imobilizado	10	(3.022)
Adições no intangível	11	(925)
		(505)

Despesas pagas antecipadamente	(1.542)	(2.312)
Outros ativos	(503)	(84)
	<u>7.898</u>	<u>(12.294)</u>
Aumento (redução) no passivo		

→ continuação

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	(Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contratos com clientes			
Suprimento de energia e ajuste positivo CCEE	20	272.320	277.032
Venda crédito de carbono	20	12.119	–
Outras receitas		485	502
Receitas relativas à construção de ativos próprios		6.372	1.592
		291.296	279.126
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(40.148)	(37.313)
Encargos do uso da rede elétrica	21	(31.011)	(29.227)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	21	(8.531)	(6.177)
Serviços de terceiros		(10.085)	(8.842)
Custos de construção		(6.372)	–
Materiais	21	(1.030)	(516)
Outros custos operacionais		(10.559)	(5.828)
Valor adicionado bruto		(107.736)	(87.903)
(-) Depreciação e amortização			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira		22.557	19.162
Valor adicionado a distribuir		168.276	170.287
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		5.832	2.867
Benefícios		1.719	1.031
Auxílio alimentação		722	429
Assistência médica e odontológica		921	553
Previdência privada		71	44
Outros		5	5
FGTS		392	274
		7.943	4.172
Impostos, taxas e contribuições Federais			
INSS		1.064	768
Encargos setoriais - P&D e TFSEE		3.445	3.461
Imposto de renda e contribuição social correntes		5.229	3.268
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(686)	(210)
PIS e COFINS		25.523	26.116
Outros impostos e taxas		708	282
		35.283	33.685
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures	13.b	36.034	42.961
Juros s/arrendamentos	17.1	122	72
Aluguéis	21	686	490
Outras despesas financeiras		5.939	3.346
		42.781	46.869
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e JCP		38.000	53.000
Reserva de lucros		44.269	32.561
		82.269	85.561
		168.276	170.287

Valor adicionado distribuído

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)
--	---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na CVM (categoria B), constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à usina hidrelétrica e à comercialização ou à utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes (“Contrato de Concessão”), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da ANEEL. Em relação ao contrato de concessão o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1*	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2*	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3*	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10 MW para 145,5 MW.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2026. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise da redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências. **I. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 10 - Imobilizado e nota explicativa 3.4: Aplicação das vidas úteis definidas; • Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e nota explicativa 3.6: Expectativa de realização do saldo; • Nota 15 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3: Estimativa do risco. **II. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.9 - Arrendamentos: taxas aplicadas e contratos considerados; • Nota 7 e nota explicativa 3.10 - Contas a receber de clientes: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; estimativa de valores que não serão recebidos; • Nota 10 e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - taxa de depreciação; • Nota 16 e nota explicativa 3.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo: Reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão; • Nota 15 e nota explicativa 3.3 - Provisões para contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o ativo é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e, • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)
--	---

desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Como o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. Para a Companhia não houve indicativo, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 11, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão que será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.6 Tributação:** Em 2025 e 2024, a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real. **Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e, • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%). Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado e são calculados conforme sistematica do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art. 14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contrapartida ao imposto registrado no resultado do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa reduzida considerando o período do benefício fiscal SUDAM. **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixado conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante. **3.10 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfizer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 159,59 MWh/h (R\$ 152,18 MWh/h em 2024) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016; (ii) Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 252,26 Mh/h (R\$ 254,89 MWh/h em 2024); (iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.11 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou, • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.13 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Em vigor desde 1º de janeiro de 2025:** Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/ permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Novas normas e interpretações ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo fixo	6	6
Banco conta movimento	7.809	10.977
	<u>7.815</u>	<u>10.983</u>

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Remuneração média			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	89.450	67.896

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo não exclusivo), cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Remuneração média			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação pós-fixada	BNDES 97,75% do CDI	93,60% do CDI	8.736	8.949
Aplicação pós-fixada	Debêntures 97,75% do CDI	93,60% do CDI	46.274	50.576
			<u>55.010</u>	<u>59.525</u>

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itáu.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		19.528	16.226
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	8.229	15.800
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		–	1.476
Contas a receber curto prazo CCEE		2.896	1.442
		<u>30.653</u>	<u>34.944</u>

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Os valores da rubrica "Contas a receber curto prazo CCEE" referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas e não há saldos vencidos no contas a receber de clientes. Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Ativo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Prêmio de seguros - diversos	1.033	172
Prêmio de seguros - risco operacional	–	901
Repactuação do risco hidrológico	1.268	1.268
	<u>2.301</u>	<u>2.341</u>
Ativo não circulante		
Repactuação do risco hidrológico	2.852	4.120
	<u>2.852</u>	<u>4.120</u>
	<u>5.153</u>	<u>6.461</u>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes. O registro inicial (R\$ 16.796 data-base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida da redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016. A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.120 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 5.388 em 31 de dezembro de 2024). Devido a repactuação do risco hidrológico através da escolha do produto SP 92, mediante ao Despacho ANEEL nº 140 de 19 de janeiro de 2016, ficou definido que a partir de 01 de abril de 2029 a Companhia efetuará pagamentos mensais à CCRBT - Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias com término em 31 de dezembro de 2044. (data de término do suprimento dos CCEARs).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR E A RECOLHER

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais decorrentes majoritariamente de antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Ativo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Tributos e contribuições sociais a compensar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	7.443	4.956
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	–	860
	<u>7.443</u>	<u>5.816</u>
Outros tributos compensáveis		
Outros	556	441
Passivo circulante		
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	795	–
Outros tributos a pagar		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	31	1.301
Programa de Integração Social - PIS	257	364
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.203	1.691
Outros	41	24
	<u>1.532</u>	<u>3.380</u>

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Outros (I)	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em serviço					
Terrenos	0,00%	17.612	–	–	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.638	–	(814)	844.824
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.291	71	(6.649)	133.713
Máquinas e equipamentos	2,75%	607.640	2.368	(2.848)	607.160
Veículos	20,00%	37	–	–	37
Móveis e utensílios	6,13%	2.629	27	–	2.656
Direito de uso sobre arrendamento	11,25%	2.902	–	730	3.632
Total do imobilizado em serviço		<u>1.616.749</u>	<u>2.466</u>	<u>(9.581)</u>	<u>1.609.634</u>
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(182.214)	(18.055)	166	(200.103)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(34.634)	(3.295)	1.585	(36.344)
Máquinas e equipamentos		(164.611)	(16.838)	730	(180.719)
Veículos		(12)	(3)	–	(15)
Móveis e utensílios		(1.544)	(167)	–	(1.711)
Direito de uso sobre arrendamento		(1.866)	(395)	–	(2.261)
Total da depreciação acumulada		<u>(384.881)</u>	<u>(38.753)</u>	<u>2.481</u>	<u>(421.153)</u>
Total do ativo imobilizado em serviço		<u>1.231.868</u>	<u>(36.287)</u>	<u>(7.100)</u>	<u>1.188.481</u>
Imobilizado em curso					
Terrenos	0,00%	–	301	–	301
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	–	3.350	–	3.350
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	936	255	(391)	800
Máquinas e equipamentos	2,75%	1.905	–	(104)	1.801
Veículos	20,00%	2.841	3.906	(495)	6.252
Móveis e utensílios	6,13%	<u>2.841</u>	<u>3.906</u>	<u>(495)</u>	<u>6.252</u>
Direito de uso sobre arrendamento	11,25%	<u>1.234.709</u>	<u>(32.381)</u>	<u>(7.595)</u>	<u>1.194.733</u>
Total do ativo imobilizado em curso					
Adiantamento a fornecedores		912	–	(396)	936
Depósitos judiciais		1.979	–	(72)	1.903
Total do ativo imobilizado em curso		<u>2.891</u>	<u>420</u>	<u>(2)</u>	<u>2.839</u>
Total do imobilizado		<u>1.272.158</u>	<u>(37.071)</u>	<u>(2)</u>	<u>1.234.707</u>

(i) As baixas de ativo imobilizado ocorridas no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, referem-se à baixa de ativo imobilizado efetuadas, em contrapartida da conta de fornecedores em função de acordo junto a fornecedores para o não desembolso de caixa desses montantes e estorno da provisão da provisão para constituição de ativos. O montante referente a depreciação acumulada desses ativos, foram contabilizadas em contrapartida da conta de despesa de depreciação no resultado do período. (ii) 2024 o valor apresentado na coluna de Outros na linha de Direito de uso sobre arrendamento refere-se a remensuração do arrendamento, proveniente da extensão de contrato de locação e mudanças nos critérios de rateio da Alupar que são revisitados anualmente. O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedores e montantes em discussões judiciais advindos dos processos de âmbito fiduciário referente a desapropriações de terras, que ainda estão em andamento e seu destino final é a rubrica de ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

	Nota	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Outros (I)	Saldo em 31/12/2025
Intangível em serviço						
Uso do bem público (i)		1,00%	12.059	–	–	12.059
Extensão da concessão		3,05%	17.410	–	–	17.410
Software		3,90%	852	51	–	903
Outros intangíveis		3,90%	3.936	–	(2.956)	980
Licenças operacionais		0,00%	–	874	–	874
Servidões		0,00%	636	–	–	636
Total intangível em serviço			<u>34.893</u>	<u>925</u>	<u>(2.956)</u>	<u>32.862</u>
(-) Amortização acumulada						
Uso do bem público (i)	21		(3.788)	(366)	–	(4.154)
Extensão da concessão			(2.147)	(679)	–	(2.826)
Software			(1.172)	(107)	429	(850)
Licenças operacionais			–	(846)	–	(846)
Outros intangíveis			(957)	–	–	(957)
Total amortização			<u>(8.064)</u>	<u>(1.998)</u>	<u>429</u>	<u>(9.633)</u>
Total do intangível			<u>26.829</u>	<u>(1.073)</u>	<u>(2.527)</u>	<u>23.229</u>

(i) O valor apresentado na coluna de Outros refere-se ao estorno da provisão para gastos ambientais contabilizados em contrapartida da rubrica do passivo “Provisão para gastos ambientais” em 31 de dezembro de 2024.

	Nota	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência do Imobilizado	Outros	Saldo em 31/12/2024
Intangível em serviço								
Uso do bem público (i)		1,00%	12.059	–	–	–	–	12.059
Extensão da concessão		3,05%	17.410	–	–	–	–	17.410
Software		3,90%	852	–	–	–	–	852
Outros intangíveis		3,90%	957	23	–	–	2.956	3.936
Servidão		0,00%	152	482	–	–	2	636
Total intangível em serviço			<u>31.430</u>	<u>505</u>	–	<u>2</u>	<u>2.956</u>	<u>34.893</u>
(-) Amortização acumulada								
Uso do bem público (i)			(3.420)	(368)	–	–	–	(3.788)
Extensão da concessão			(1.469)	(678)	–	–	–	(2.147)
Software			(783)	(389)	–	–	–	(1.172)
Outros intangíveis			(957)	–	–	–	–	(957)
Total amortização			<u>(6.629)</u>	<u>(1.435)</u>	–	–	–	<u>(8.064)</u>
Intangível em curso								
Software			13	–	(13)	–	–	–
Total do ativo Intangível em curso			<u>13</u>	–	<u>(13)</u>	–	–	–
Total do intangível			<u>24.814</u>	<u>(930)</u>	<u>(13)</u>	<u>2</u>	<u>2.956</u>	<u>26.829</u>

(i) Passivo relacionado ao uso do bem público: O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 926 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	31/12/2023	Ajuste AVP	Transf-rência Pagamentos	31/12/2024	Ajuste AVP	Transf-rência Pagamentos	31/12/2025
Passivo circulante	2.001	–	(2.008)	2.103	–	(1.572)	2.096
Passivo não circulante	16.806	2.665	–	(2.103)	17.368	2.741	18.005
	<u>18.807</u>			<u>19.464</u>			<u>20.101</u>

12. FORNECEDORES

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		5.249	2.747
Materiais e serviços		4.592	10.986
Ajuste negativo CCEE		–	261
Compra de energia - partes relacionadas	17.1	5.461	–
Compra de energia		–	4.213
Total		<u>15.302</u>	<u>18.207</u>

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
	Encargos de dívidas	Encargos de dívidas
Moeda nacional - circulante		
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP 15/04/2031	24.467 463 24.930 23.860
BNDES - Subcrédito E	TJLP 15/04/2031	213 3 216 208
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA 15/12/2027	63.638 374 64.012 64.526
(-) custo de captação - a apropriar	–	(1.558) – (1.559) –
Total		<u>86.760</u> <u>840</u> <u>87.600</u> <u>87.035</u> <u>985</u> <u>88.020</u>

Moeda nacional - não circulante
BNDES - Subcrédito A, B e C 2,34% + TJLP 15/04/2031 106.024 – 106.024 127.250 – 127.250
BNDES - Subcrédito E TJLP 15/04/2031 925 – 925 1.111 – 1.111
3º emissão de debêntures 6,47% + IPCA 15/12/2027 73.151 – 73.151 126.521 – 126.521
(-) custo de captação - a apropriar – – (2.348) – (3.906) – (3.906)
Total 177.752 – 177.752 250.976 – 250.976
Total geral 264.512 840 265.352 338.011 985 338.996

BNDES: Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente. A Administração da Companhia acompanha os índices financeiros e obrigações estabelecidos em contrato. As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas: Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes S.A.: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitando a: **(a)** O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão; **(b)** Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia; **(c)** As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.; **(d)** Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e **(e)** Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica. Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.: Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A. **3ª emissão de debêntures:** Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos reais, em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar: • Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e, • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). A Companhia monitora os covenants financeiros: Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e os não financeiros.

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Saldo final 31/12/2024	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo final 31/12/2025
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A, B e C	151.616	14.990	(24.135)	(11.517)	130.954
BNDES - Subcrédito E	1.323	104	(211)	(74)	1.142
3ª emissão de debêntures	191.522	19.380	(62.200)	(11.542)	137.160
(-) custo de captação - a amortizar	(5.465)	1.560	-	-	(3.905)
Total	338.996	36.034	(86.546)	(23.133)	265.353
	Saldo inicial 31/12/2023	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo final 31/12/2024

★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. b) As provisões para compensações ambientais são decorrentes de investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construções das usinas. As constituições dessas provisões são registrada em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes dos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. **Perda provável:** Não existem processos judiciais administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à: **(i) Demandas Trabalhistas:** um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) , de valor em risco aproximado de R\$ 277 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2024). **(ii) Demanda Cível:** um processo judicial de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 210. **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2025, merecem destaques as seguintes demandas: **(iii) Demandas Trabalhistas:** um processo de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 289. **(iv) Demandas Tributárias:** atualmente existem dois (cinco em 31 de dezembro de 2024) processos administrativos de natureza tributária, com valor em risco aproximado em R\$ 13.702 (R\$ 13.018 em 31 de dezembro de 2024). Consideram-se como relevante o processo abaixo relacionado: Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados: **Processo Administrativo nº 15746720203202021**, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 12.450 (R\$ 11.677 em 31 de dezembro de 2024). **(v) Demandas Cíveis e Ambientais:** atualmente existem dois mil e oitenta e três processos judiciais de natureza cível e ambiental (dois mil e noventa e um em 31 de dezembro de 2024) , de valor em risco aproximado em R\$ 322.782 (R\$ 282.232 em 31 de dezembro de 2024). Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados. **Ação Civil Pública nº 00013863320168030006**, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compeli-los réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado. **Execução de Título Extrajudicial nº 10022636320224013100**, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens “c”, “f” e “g” da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer a Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 13.819 (R\$ 11.920 em 31 de dezembro de 2024). Destacamos que a Companhia firmou, em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1), o qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. **Auto de Infração Ambiental nº 014689-A**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 153.161 (R\$ 130.874 em 31 de dezembro de 2024). Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), o qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. **Auto de Infração Ambiental nº 016154**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 22.437 (R\$ 21.741 em 31 de dezembro de 2024). **Auto de Infração Ambiental nº 16158**, (lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 9.616 (R\$ 9.202 em 31 de dezembro de 2024). **Auto de Infração Ambiental nº 41971 (3200010472008)**, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$9.454 (R\$ 7.945 em 31 de dezembro de 2024). **Auto de Infração Ambiental nº 41898-A (2601010077200236102023)**, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionante da L.I. nº 0368/2017. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.497 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2024). **Auto de Infração Ambiental nº 14613-A**, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a empresa, supostamente, descumprido condicionantes. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.725 (R\$ 3.183 em 31 de dezembro de 2024). **“Ações JEC - Evento “apagão 2020”:** Tratam-se de 2.067 ações de indenização por supostos danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, Gemini Energy S.A. e Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. - LMTE, Estado do Amapá, Alupar Investimento S.A. e a Companhia, em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$ 98.137 (R\$ 83.972 em 31 de dezembro de 2024). **(vi) Demandas**

17.2 Garantias: As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa garantidora	Data da autorização	Órgão autorizador	Contrato	Garantia	Início do contrato	Encerramento do contrato	Valor do contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2025
Alupar	26/12/2012	Conselho de administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	132.095
Alupar	30/05/2014	Conselho de administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	137.163

17.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 23 de abril de 2025 e 04 de abril de 2024, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 285, pagos no mesmo montante para o exercício social de 2025 e R\$ 291 no exercício de 2024, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2025. A remuneração da diretoria está composta por salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Quantidades de ações ordinárias integralizadas		
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros: a. Reserva legal: 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 22.438 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 18.325 em 31 de dezembro de 2024. **b. Reserva especial para incentivos fiscais:** Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R\$ 51.502 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 39.187 em 31 de dezembro de 2024. O benefício iniciou em setembro de 2017 com vencimento em dezembro de 2026. **c. Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 204.225 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 176.384 em 31 de dezembro de 2024. **d. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. **e. Juros sobre capital próprio:** A Companhia aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, referentes ao exercício social de 2025, com base nos balanços patrimonial e de resultados apurados durante o referido ano. O valor total da distribuição foi de R\$ 38.000. Os créditos de juros sobre capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. O juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2025.

19. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	82.269	85.561
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,1019	0,1060

Os dividendos declarados por ação em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	82.269	85.561
Reserva legal	(4.113)	(4.278)
Subtotal	78.156	81.283
Reserva para incentivo fiscal	(12.315)	(9.073)
Reserva de lucros retidos	(27.841)	(19.210)
Juros sobre capital próprio (i)	(38.000)	(53.000)
Saldo de lucros do período	—	—
Dividendo por ação	0,0471	0,0657

(i) Os juros sobre capital próprio distribuídos em 2025 no montante de R\$ 38.000 (R\$ 53.000 em 2024) foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2025. Se os dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2025 fossem calculados, corresponderiam a R\$ 16.460 (R\$ 18.053 em 2024).

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		MWh	Valor	MWh	Valor
Receita de geração de energia elétrica					
Fornecimento de energia - ambiente regulado		919.800	146.790	922.320	140.359
Fornecimento de energia - ambiente livre		94.296	17.854	87.840	17.427
Fornecimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	349.524	94.102	410.866	109.691
Ajuste positivo CCEE		—	13.574	—	9.555
		<u>1.363.620</u>	<u>272.320</u>	<u>1.421.026</u>	<u>277.032</u>
Venda de Crédito de Carbono					
		—	12.119	—	—
Receita Bruta		<u>1.363.620</u>	<u>284.439</u>	<u>1.421.026</u>	<u>277.032</u>
Deduções					
PIS - Programa de integração social			(4.366)		(4.500)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			(20.108)		(20.726)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento			(2.359)		(2.422)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica			(1.087)		(1.038)
			<u>(27.920)</u>		<u>(28.686)</u>
Receita operacional líquida			<u>256.519</u>		<u>248.346</u>

Penais: atualmente existem um processo judicial de natureza penal (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) , cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. **(vii) Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é Parte em 01 processo de ordem regulatória, sendo uma demanda ativa, conforme abaixo mencionado: **Ação Declaratória c/c indenizatória nº 00362257720164013400:** Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, não pode ser estimado. (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2024).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2025
Ativo (i)					
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	34	2	36	196	232
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	48	2	50	284	334
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	82	4	86	480	566
	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido	(3.410)	145	(3.265)	145	(3.120)
Contribuição social diferida	(1.435)	61	(1.374)	61	(1.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	(4.845)	206	(4.639)	206	(4.433)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.763)	210	(4.553)	686	(3.867)

(i) Ativo: O saldo em 31 de dezembro de 2025 refere-se as adições temporárias que são revertidas condicionalmente a realização dos saldos das provisões. **(ii) Passivo:** Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

Ativo					2025
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias					232
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias					334
					566

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Transações com partes relacionadas: (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	8.229	15.800
		8.229	15.800
Passivo circulante - partes relacionadas			
Fornecedores - AF Energia S.A.		—	194
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	12	5.461	—
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		363	444
		5.824	638
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		1.102	700

Os vencimentos das transações comerciais entre partes relacionadas foram firmados com vencimentos de curto prazo. O vencimento do passivo não circulante de arrendamento ocorrerá em 2029. **(B) Partes relacionadas: informações do resultado:**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	94.102	109.691
Custo - partes relacionadas			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(38.788)	(1.642)
Serviços Tomados - AF Energia S.A. (*)	21	(2.675)	(2.281)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(21.274)	(2.411)
Juros s/arrendamentos - Alupar Investimento S.A.		(122)	(72)
		(62.859)	(6.406)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes. A Ferreira Gomes Energia S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

A Companhia registrou Receita operacional líquida de R\$ 256.519 (1.363.620 MWh) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$ 248.346 (1.421.026 MWh) no mesmo período de 2024. O aumento de 3,3% de um período para o outro ocorreu pela atualização dos contratos ACR, pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL) e pelo registro da venda de crédito de carbono referente a safra do período de 2015 a 2020.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		31/12/2025		31/12/2024	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	
	Nota				
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(31.011)	-	(29.227)	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(8.531)	-	(6.177)	-
Utilização do Bem Público - UBP	11	(368)	-	(368)	-
		(39.910)	-	(35.772)	-
Doações, contribuições e subvenções		(27)	(164)	(27)	(204)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.360)	-	(35.670)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(38.788)	-	(1.642)	-
Seguros		(1.942)	-	(1.956)	(2)
Repactuação do risco hidrológico		(1.268)	-	(1.268)	-
Aluguéis		(535)	(151)	(354)	(136)
Pessoal		(3.560)	(4.994)	(3.051)	(1.542)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(452)	-	(351)
Material		(846)	(184)	(447)	(69)
Serviços de terceiros		(4.576)	(3.209)	(3.564)	(3.456)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(2.675)	-	(2.281)	-
Provisão para contingências		(249)	-	(240)	-
Condenação judicial		-	-	(180)	(101)
Outros tributos e taxas		(574)	(130)	-	(81)
Outras despesas e receitas		-	(6.100)	-	502
		(56.400)	(15.384)	(50.680)	(5.440)
Depreciação e Amortização	10 e 11	(36.925)	(499)	(39.319)	(411)
		(36.925)	(499)	(39.319)	(411)
Total		(133.235)	(15.883)	(125.771)	(5.851)

Os custos operacionais acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de 5,9% se comparados com o mesmo período de 2024, justificada principalmente pelo aumento com os custos com compra de energia e pelo aumento com serviços de terceiros. As despesas/receitas operacionais acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de mais de 100% quando comparados com o mesmo período de 2024, justificado principalmente pelo acordo de pagamento do processo de arbitragem TSK no montante de R\$ 9.000, sendo R\$ 6.585 que corresponde ao valor principal da condenação, contabilizado na rubrica “Outras despesas e receitas”, enquanto o valor remanescente de R\$ 2.414 relativo à atualização monetária do principal foi registrado como despesa financeira e pelo aumento nas despesas de pessoal.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	13.b	(36.034)	(42.961)
Atualização monetária s/contingências		(2.415)	(2.922)
Atualização monetária - UBP/P&D		(3.160)	(493)
Outras despesas financeiras		(488)	—
		(42.097)	(46.376)
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		20.893	18.135
Juros s/faturas a receber em atraso		615	135
Outras receitas financeiras		—	1
		21.508	18.271
Resultado financeiro		(20.589)	(28.105)

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras está líquido dos impostos.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

		Acumulado findo em 31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:			
Na rubrica de tributos:			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.229)	(3.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		686	210
Total		(4.543)	(3.058)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		86.812	88.619
Alíquota nominal		34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais		(29.516)	(30.130)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Incentivo Fiscal corrente		12.315	9.073
Incentivo Fiscal diferido		(384)	(29)
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA		—	

